



IMPACTOS DA APOSENTADORIA NA VIDA DO/A SERVIDOR/A PÚBLICO/A: análise da literatura no período 2003-2021

BATALHA, Gisele Ferreira Batalha¹

MATHIS, Adriana de Azevedo Mathis²

RESUMO

O artigo apresenta uma análise dos impactos da aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicas/as a partir de um trabalho de Revisão Sistemática da Literatura (RSL) realizada no período de 2003 a 2021. O objetivo foi identificar o que vinha sendo produzido no meio acadêmico sobre os impactos da aposentadoria na vida do/a servidor/a público/a. Foram analisados 16 pesquisas: 2 teses; 5 dissertações e 9 artigos, selecionados na Base de Dados do Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e site de periódicos da CAPES, no espaço-temporal de 2003 a 2021. Concluiu-se que a maioria das produções foram feitas na região Sul (08). Quanto à área de conhecimento, mostra que o tema é de interesse de diversas áreas: Terapia Ocupacional (1); Gerontologia (1); Educação (1); Enfermagem (2); Economia (2); Direito (1), com predomínio da Administração (3) e da Psicologia (4) e, ainda pouco debatido no Serviço Social (1).

PALAVRAS-CHAVE: Aposentadoria; servidor/a público/a; RSL.

1 INTRODUÇÃO

A Revisão Sistemática de Literatura (RSL) teve como objetivo identificar o que vem sendo produzido no campo acadêmico sobre o objeto de estudo “os impactos da aposentadoria na vida do/a servidor/a público/a”, com os resultados pretendeu-se subsidiar a construção do referencial teórico de uma pesquisa de Dissertação de Mestrado em Serviço Social e contribuir para justificar a relevância do estudo para o meio acadêmico e para a sociedade.

A RSL partiu da seguinte pergunta norteadora: *Quais os apontamentos de pesquisas que abordam a temática sobre os impactos da aposentadoria na vida do/a servidor/a público/a?* Para responder essa questão foram estabelecidos alguns critérios, dentre eles o recorte temporal entre janeiro de 2003 a outubro de 2021, esse período abrange significativos eventos para o/a aposentado/a, pois no ano de 2003 é instituído o Estatuto do Idoso e também ocorre a Reforma da Previdência que resultou na Emenda Constitucional (EC) nº 41/2003, a

¹ Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará. Email: gferreira.gg5@gmail.com

² Coordenadora e docente do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará (PPGSS/UFPa). Email: drika.azevedo@hotmail.com

qual trouxe impactos sobre aposentados e pensionistas. Ainda sobre os critérios de inclusão das pesquisas, estavam teses, dissertações e artigos publicados em língua portuguesa, ausência de duplicidade e que dialogassem com o objeto do estudo. Em relação aos critérios de exclusão, foram excluídos os trabalhos fora do recorte temporal, em língua estrangeira, sem acesso gratuito e sem similaridade temática com o objeto de estudo.

O levantamento das produções ocorreram em três etapas: a primeira foi a pesquisa na Base de Dados do Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e site de periódicos da CAPES, usando quatro descritores entre aspas para refinar os resultados "direito à aposentadoria"; "impactos da aposentadoria"; "aposentadoria"; "significado do trabalho e aposentadoria". A segunda etapa foi realizada com a seleção das produções científicas por meio da leitura dos títulos e resumos, respetivamente. A terceira etapa foi o procedimento de análise das referidas produções.

A seguir, serão apresentados os elementos mais relevantes da pesquisa dentre eles: as principais categorias e os respectivos autores que discutem a temática; os impactos observados pelos/as pesquisadores/as sobre a aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicos/as; o significado do trabalho para o/a aposentado/a; a existência de políticas públicas/projetos voltado para o/a aposentado/a.

2 APRESENTAÇÃO DOS DADOS LEVANTADOS

Na seleção por leitura de títulos na base de dados da CAPES, obteve-se 38 resultados (5 teses; 21 dissertações; 12 artigos), porém, na análise por meio da leitura dos resumos foi identificado que alguns não possuíam similaridade temática com o objeto de pesquisa e foram excluídos, dessa forma, restaram selecionados para análise 16 pesquisas, sendo 2 teses; 5 dissertações; 9 artigos.

Quanto à distribuição por região brasileira, com exceção da região Nordeste, que não apresentou nenhuma publicação, destaca-se na região Norte e Centro-Oeste um número menor se comparado com as regiões Sul e Sudeste: Centro-Oeste (02), Norte (02); Nordeste (0); Sul (08); e Sudeste (04). No que se refere ao descritor área do conhecimento, a análise dessas produções mostram que o tema em estudo é de interesse de áreas diversas, com predomínio da Administração e da Psicologia, e encontra-se assim distribuídos: Terapia Ocupacional (1); Gerontologia (1); Educação (1); Psicologia (4); Enfermagem (2); Administração (3); Economia (2); Direito (1); Serviço Social (1).

Na área de Serviço Social, na qual se vincula a presente pesquisa, o estudo selecionado (PERES, 2020), se restringe em analisar as contrarreformas da Previdência Social e seus rebatimentos na atenção à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil,

deixando uma lacuna em relação aos impactos diretos que afetam os/as servidores/as públicos/as.

Embora existam estudos na área, os dados mostram que o tema sobre os impactos da aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicos/as ainda é pouco explorado pelos pesquisadores no Brasil, em especial da área do Serviço Social, particularmente na cidade de Belém, o que demonstrou a relevância da pesquisa que se pretende realizar e que poderá contribuir para um maior número de produções da região, fomentar o conhecimento no meio científico sobre o tema e fazer conhecer a realidade pela sociedade desses/as aposentados/as.

Alguns aspectos se mostraram de grande relevância nas pesquisas selecionadas, dentre eles se destacam: a categoria profissional dentro do serviço público que mais apareceu nos estudos, foi de professores aposentados de instituições de nível superior, ora que permanece no trabalho após ter alcançado os critérios legais para a aposentadoria, ora que já estão aposentados há pelo menos cinco anos; Algumas pesquisas enfatizaram a ausência de preparação para a aposentadoria, tanto por parte dos/as servidores/as quanto por parte da ausência de iniciativas do Estado e das instituições a qual estes/as estão vinculados/as; A discussão a respeito do envelhecimento parece ser fundamental e nas pesquisas demonstrou tratar-se além de um fator físico, psíquico e social; Necessidade de se discutir entre os/as servidores/as a aposentadoria como um novo estágio de vida e a velhice como uma fase de descobertas e por último, a ruptura com o mundo do trabalho parece trazer significados distintos para cada indivíduo, sendo positivos ou negativos, seja no âmbito social, pessoal e familiar.

2.1 Principais categorias apontadas nas pesquisas

Discutir sobre os impactos da aposentadoria requer uma análise mais ampla sobre esse direito social, bem como refletir a respeito de outros aspectos que permeiam este momento da vida dos/as servidores/as, como o próprio **envelhecimento**. Nas pesquisas analisadas, essa categoria foi bastante evidenciada (FONTOURA et al., 2015; LOCATELLI, 2018; ORELLANA, 2018; MACHADO, LUCAS, 2017; RISTOFF, SOUZA, 2015). Além dessa, outras importantes categorias foram abordadas nos estudos: a **aposentadoria** (FONTOURA et al., 2015; CABRAL, 2019; VENTURINI, 2013; POSSA, 2018; LOCATELLI, 2018; GODINHO, FERREIRA, 2017; MACHADO, LUCAS, 2017; ESPÍRITO SANTO et al., 2015; RISTOFF, SOUZA, 2015; KHOURY, 2010); o **trabalho** (CABRAL, 2019; POSSA, 2018; ORELLANA, 2018; MACHADO, LUCAS, 2017); a **subjetividade** (ANTUNES, 2014); **Relações familiares** (POSSA, 2018); **Reforma da Previdência** (MARINHO, 2015; PERES, 2020).

No que concerne ao envelhecimento além de ser um processo inevitável do ser humano, ocorre de forma precoce para alguns, enquanto que para outros demora um pouco mais, a diferença está nas questões individuais de cada ser humano. Dessa forma, “o envelhecimento é caracterizado por mudanças físicas em todo o organismo do indivíduo, alterando suas funções, trazendo mudanças nos seus comportamentos, percepções, sentimentos, pensamentos, ações e reações” (SPIRDUSO, 2005 apud. MACHADO, LUCAS, 2017, p. 577).

Outro fator importante sobre o envelhecimento está relacionado com crises de identidade, que segundo Zimerman (2000) pode ser provocada pela falta de papel social, alterações nos papéis tanto na família, no trabalho, quanto na sociedade. Deste modo, aos poucos o indivíduo vai se adequando a novos papéis, diversas perdas relacionadas desde a situação econômica ao poder de decisão, perda de parentes, amigos, independência e autonomia, a diminuição dos contatos sociais e a aposentadoria que afeta diretamente o indivíduo que por vezes sente-se isolado, sem rumo e deprimido.

Observou-se nas pesquisas uma relação muito próxima do envelhecimento com a aposentadoria, essa é um direito do/a trabalhador/a, porém algumas pesquisas mostram que as pessoas trabalham por vários anos sem se preocuparem com um “planejamento para o futuro” e, quando percebem, já estão na meia idade e caminhando para a aposentadoria. Ao chegar o momento da garantia desse direito, esse não é vivenciado por uma grande parcela dos/as trabalhadores/as de modo positivo. O que pode trazer talvez até dissabores à vida de cada um/a, transformando-a no que poderia ser uma situação cômoda e tranquila, num estado de total desequilíbrio emocional e financeiro (LOPES, 2010).

Essa relação de impacto sobre a aposentadoria pode está diretamente relacionada com o papel que o trabalho exerce sobre a vida das pessoas e como ele é visto na própria sociedade. Dessa forma, evidencia-se a categoria trabalho que foi destacada nas pesquisas de CABRAL, 2019; POSSA, 2018; ORELLANA, 2018 e MACHADO, LUCAS, 2017, uma vez que a aposentadoria consiste numa ruptura entre um período de tempo com atividades mais intensas, voltado e organizado em função do trabalho, e um período com mais tempo livre, o que pode ocasionar profundas mudanças no cotidiano dos indivíduos, implicando mudanças e reorganização do projeto de vida das pessoas.

Essa exclusão do mundo produtivo (VENTURINI, 2013) tem relação direta com as implicações que o trabalho tem na vida em sociedade. Marx e Engels (1989) destacam o trabalho como categoria fundante da gênese humana, o início da socialização a partir da qual o trabalho ocupa posição privilegiada de mediador na relação recíproca entre ser humano e natureza. Para Cabral (2019, p.34), historicamente, “a categoria trabalho se apresenta sob diferentes sentidos, a depender do lugar que o trabalhador ocupa como força produtiva, em uma determinada época.” Assim, o trabalho aparece como um elemento central e de grande

importância para o entendimento do indivíduo na vida social, uma vez que tem relação direta com o desenvolvimento da sociedade.

2.2 Principais impactos da aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicos/as

Falar sobre impacto pode parecer algo brusco, porém a partir da leitura e análise das pesquisas foram encontradas mudanças após o período da aposentadoria que podem ser interpretadas no seu aspecto tanto negativo, por exemplo, a falta do ambiente e rotina de trabalho, período de aceitação e luto, dificuldade de ressignificar esse período com a nova rotina - mas também como mudanças no âmbito positivo, a partir da construção de novos projetos e oportunidades, a exemplo do voluntariado e atividades de socialização (SCREMIN et al., 2018).

Para Machado e Lucas (2017) a aposentadoria pode trazer diferentes sensações:

[...]alegria, prazer, flexibilidade de horários e sentimento de dever cumprido, porém também podem surgir aborrecimentos, tristeza, isolamento e estranheza gerados pelo sentimento de inatividade, pois a migração de trabalhador ativo e provedor para aposentado acaba muitas vezes o categorizando como inativo, rompendo assim uma trajetória de atividades, bem como de papéis ocupados durante 30 anos ou mais (MACHADO E LUCAS, 2017, p. 577).

Fontoura et al. (2015) em sua pesquisa onde analisou os relatos de 70 sujeitos acima de 45 anos que discorrem sobre suas perspectivas e experiências em relação à aposentadoria, destacou dentre as mudanças apontadas por esses sujeitos, está a possibilidade de ter maior tempo livre, uma vez que já não tem a obrigatoriedade do trabalho, oportunidade de uma nova vida, pode ser também um momento de diferenciação e de adoção de novos papéis sociais. Porém, entre os indivíduos, apareceu ainda a visão da aposentadoria considerada como um choque, como um momento terrível, de vazio.

Outro elemento que tem relação com aspectos sociais após a aposentadoria, é o rompimento brusco com a rotina de trabalho, a falta da vida social exercida com os amigos no espaço de trabalho (VENTURINI, 2013; LOCATELLI, 2018), a necessidade de conviver com outras pessoas (KHOURY et al., 2010), além da falta de opções de recriação em locais próximos, falta de companhia para realizar atividades, isolamento parcial por parte de familiares, falta de respeito para com os aposentados e preocupações com o autocuidado (ESPÍRITO SANTO et al., 2015).

Locatelli (2018) nos resultados de sua pesquisa intitulada “a relação do idoso com o trabalho: uma proposta de compreensão à luz da teoria das representações sociais”, demonstra como o rompimento brusco com o mundo do trabalho pode impactar a vida do/a servidor/a, nesse estudo, ela aponta o caso de uma das participantes de sua pesquisa, que

aos 70 anos de idade, professora de uma universidade pública, recebeu sua carta para aposentadoria compulsória:

A aposentadoria do cargo de Professor de Ensino Superior ocorreu de forma compulsória no ano de 2006, aos 70 anos de idade. Eva relembra que à época, ela estava em período letivo, lecionando. Além disso, estava elaborando uma disciplina criada por ela havia pouco tempo. Ela narra este fato como “um dos dias tristes de sua vida. (...) Durante sua narrativa, Eva discorreu sobre uma série de perdas que, em sua opinião, são decorrentes do processo de envelhecimento. Seriam elas, as perdas físicas, as perdas sociais e as perdas profissionais – estas últimas desencadeadas principalmente pela aposentadoria (LOCATELLI, 2018, p.88).

A autora conclui ainda em sua pesquisa a existência de uma associação entre aposentadoria e envelhecimento, que esteve presente nas narrativas dos entrevistados, “principalmente no que se refere às perdas decorrentes do processo de envelhecimento – físicas, sociais, profissionais e financeiras. Para boa parte dos entrevistados, a aposentadoria é encarada de modo negativo.” (LOCATELLI, p. 173)

Além disso, apresentou-se ainda entre as pesquisas o papel do/a aposentado/a no surgimento de novas ocupações no cotidiano que visaram substituir as atividades profissionais. Essas novas atividades relacionam-se com a busca pela significação do ‘eu’, com a procura de um novo grupo de pertencimento e, conseqüentemente, com a busca de uma nova identidade (POSSA, 2018).

No quadro de uma análise essencialmente sociológica, a aposentadoria representa uma ruptura com o mundo do trabalho, acarretando uma modificação no sistema de relações sociais e no sistema de papéis e status. Dessa forma, nota-se que na sociedade capitalista, há uma grande importância dada à produção e conseqüente uma supervalorização atribuída à atividade profissional. Assim, o afastamento do sujeito desse sistema de produção tem implicações diretas no significado da aposentadoria na vida do indivíduo (SANTOS, 1990).

Outros achados dizem respeito ao aspecto econômico, como a diminuição do rendimento após a aposentadoria, dependendo da “regra” da aposentadoria a qual o/a servidor/a se aposenta, esse/a pode perceber integralmente ou não seus proventos. Esse fato acarreta não apenas no comprometimento da sua manutenção e de sua família como também em outros aspectos, conforme aponta Venturini (2013), dentre os resultados encontrados na entrevista dos 48 servidores aposentados a pelo menos 5 anos, dentre suas falas, destaca-se “a perda financeira como forma de desvalorização profissional, após longos anos de vida dedicado ao trabalho, tal fator indica a aposentadoria associada com tristeza”(VENTURINI, 2013, p. 94).

A questão da baixa remuneração na aposentadoria surgiu de forma marcante como principal ponto negativo nas falas da maioria dos entrevistados na pesquisa de Espírito Santo et al, (2015), sua pesquisa objetivou identificar a visão de idosos frente à aposentadoria,

mediante entrevista semiestruturada com 15 idosos aposentados, participantes do Programa de Geriatria e Gerontologia da Universidade Federal Fluminense, em Niterói (RJ), segundo a autora, o baixo rendimento desses aposentados contribui com fatores como: reinserção obrigatória no mercado de trabalho, com a finalidade de se completar a renda familiar, baixa autoestima, falta de recursos para concretizar sonhos e desejos previamente pensados, medo de não se estabilizar e não poder mais ajudar a família.

Para Possa (2018), na perspectiva do sujeito, a concepção de aposentadoria, até recentemente, era associada ao tempo do não trabalho, do lazer, da família e do descanso. “Contudo, essa noção vem mudando ao longo do tempo, uma vez que grande parte dos aposentados, principalmente aqueles que vivenciam uma aposentadoria precoce, ou seja, antes dos 60 anos, continua trabalhando por necessidade, seja financeira, psicológica ou social”. (POSSA, 2018, p. 18)

Na pesquisa de Marinho (2015) ele buscou investigar a reação dos servidores públicos federais às alterações restritivas das regras relacionadas à aposentadoria por invalidez introduzidas pela Emenda Constitucional (EC) nº 41/2003. Segundo o autor, o número de aposentadoria por invalidez no setor público era mais alto que no setor privado antes da EC 41/03 e passou a assemelhar-se após a restrição nas regras. A pesquisa concluiu que após a reforma houve a diminuição do valor do benefício em caso de incapacidade e isso conseqüentemente gerou uma redução no número de aposentadoria por invalidez entre o serviço público, ou seja, para o autor “desestimulou aqueles sem uma doença de se aposentarem por invalidez”. Porém, cabe uma crítica ao estudo, pois este não leva em consideração o impacto negativo que tal alteração legal trouxe para a vida dos/as servidores/as, uma vez que a perda financeira em detrimento de uma aposentadoria “forçada” por motivo de doença, além da necessidade de maiores gastos econômicos para tratamento de saúde gera conseqüências gravíssimas na vida desse/a servidor/a.

Na pesquisa de Peres (2020), cujo objetivo foi analisar as contrarreformas da Previdência Social e seus rebatimentos na atenção à Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora no Brasil, ela se propõe em recuperar as contrarreformas da previdência social a partir da Constituição Federal de 1988, que poucos anos depois do estabelecimento da Seguridade Social passa a ser alvo de alterações na perspectiva de restrição de direitos.

Mas, em contrapartida, obteve-se das pesquisas também aspectos considerados positivos relacionados a aposentadoria, dentre os principais resultados, destaca-se o significado de “liberdade” que a aposentadoria representa, a rotina como maior mudança possibilitou a flexibilidade de horários disponíveis para usufruto pessoal. Machado e Lucas (2017) no seu estudo, buscaram compreender as implicações que a aposentadoria causa na vida de professores, levando em conta o significado que a aposentadoria representa à estes, considerando os pontos de maior mudança após a aposentadoria, bem como os aspectos

positivos e negativos causados pela aposentadoria na percepção dos sujeitos da pesquisa. Participaram 4 professores (2 homens e 2 mulheres) aposentados por mais de dois anos, com idade entre 58 e 66 anos, dentre os resultados pode-se perceber que a aposentadoria possibilitou e contribuiu para que os professores pudessem desfrutar de momentos de lazer, dedicando cuidado à família e realizando seus anseios e vontades, além da satisfação de dever cumprido.

2.3 Significado do trabalho para o/a aposentado/a

Com tantas mudanças ocorridas na vida do/a servidor/a público/a após a aposentadoria, torna-se fundamental investigar o significado que o trabalho tem na vida desses indivíduos, na medida em que o rompimento com uma rotina de anos de trabalho ocasiona em alterações em diversas áreas de sua vida. Na tentativa de identificar o significado que o trabalho tem na vida desses aposentados, observou-se em algumas pesquisas que este fator foi relevante (SCREMIN et al, 2018; CABRAL, 2019; FONTOURA et al, 2015; VENTURINI, 2013; MACHADO, LUCAS, 2017).

Para alguns aposentados, o trabalho significa uma forma de pertencimento social (SCREMIN et al., 2018), para outros o mundo do trabalho representa a forma mais garantida de manter contatos sociais, realizar atividades consideradas socialmente produtivas e manter seu status social (FONTOURA et al. 2015).

Na pesquisa de Cabral (2019), o trabalho aparece como uma forma de reconhecimento, de vitalidade e saúde. Pode ser também interpretado obtendo um papel central na vida do indivíduo, uma vez que se trata de um fator em que ele/ela se dedica por anos (VENTURINI, 2013).

Locatelli (2018), em sua pesquisa cujo objetivo foi de compreender como as representações sociais de trabalhadores idosos permeiam sua relação com o trabalho, pode perceber que a representação de trabalho passou por alterações ao longo do curso de vida de alguns entrevistados, conforme destaca:

[...] se na infância e adolescência o trabalho constituía uma obrigação – “[...] trabalhar pra ganhar dinheiro, pra poder se vestir” (EVA, 82 anos) –, na fase adulta passou a ser sinônimo de realização – “Eu precisava do trabalho”. Atualmente, além de uma forma de realização, as atividades desenvolvidas pela entrevistada contribuem para a manutenção de uma vida ativa. Momento de satisfação pelos serviços desenvolvidos e contribuição. Sentimento de utilidade.” (LOCATELLI, 2018, p.96)

A autora ressalta que para cada idoso, o trabalho apresentou diferentes significações, podendo variar inclusive nas distintas etapas de vida – infância, adolescência, fase adulta e fase atual.

Neste aspecto, embora esteja presente em algumas pesquisas, destaca-se a necessidade de maior investigação sobre o significado do trabalho na vida dos/as aposentados/as, tendo em vista que vivemos em uma sociedade capitalista, na qual o indivíduo é “importante” enquanto pode gerar riqueza para o capital. E isso é tão forte na sociedade que usurpa do indivíduo o fato dele conseguir em alguns casos enxergar seu próprio valor enquanto ser humano e um significado para sua vida fora do ambiente de trabalho. Conforme Marx (1844, p. 148), “o trabalhador se torna tão mais útil quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão”.

Neste sentido, ressalta-se a importância de se desenvolver a presente pesquisa, partindo de uma análise crítica do que vem a ser esse trabalho na vida do/a aposentado/a, ao ponto da ausência dele causar-lhes tantos impactos.

2.4 Existência de políticas públicas/projetos voltado para o/a aposentado/a

Diante das mudanças ocorridas após a aposentadoria, nota-se uma série de ausência de iniciativas por meio do Estado e de instituições no desenvolvimento de políticas públicas ou projetos e ações que possam minimizar os impactos causados pela aposentadoria. Esse aspecto foi ressaltado em algumas pesquisas, inclusive sobre a necessidade de implantação de programas para a aposentadoria (SCREMIN et al., 2018; FONTOURA et al., 2015; VENTURINI, 2013; LOCATELLI, 2018; ESPÍRITO SANTO et al., 2015).

Algumas pesquisas apontaram para ações que os próprios aposentados buscaram para garantir ao mínimo uma forma de se sentirem ativos após a aposentadoria, entre eles se destacam o estreitamento das práticas religiosas e as atividades voluntárias, participação de grupo de convivência, prática de atividades físicas, realização de viagens, entre outras. (SCREMIN et al., 2018).

Analisando as iniciativas de políticas para os aposentados, destaca-se o caso do Japão, em que várias empresas desenvolvem algum tipo de programa de preparação para a aposentadoria, inclusive envolvendo a própria família do trabalhador.

Como no caso de uma empresa, na qual os funcionários, ao completarem 55 anos, são convidados, juntamente com os cônjuges, a participar de um programa de dois dias de duração, no qual recebem informações sobre vários aspectos da vida pessoal que sofrem impactos com a aposentadoria. Estes profissionais também são incentivados a não pararem de trabalhar e recebem prêmio pela continuidade profissional. No Brasil, essa iniciativa ocorreu na década de 70, por iniciativa do Serviço Nacional do Comércio (SESC), no Estado de São Paulo, que foi pioneiro na implantação do PPA neste país (MUNIZ, 1996). [...] Apesar dessa iniciativa do SESC, não existia uma política social para a velhice no país, é somente com a Constituição Federal de 1988 que essas ações foram transformadas em Direito, surgindo em decorrência a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742/1993 e a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei nº 8.842/1994 (VENTURINE, 2013, p. 38).

Mesmo com o avanço da legislação, nota-se que ainda são insuficientes as iniciativas relacionadas a políticas públicas para a velhice no Brasil que tenha como objeto principal minimizar os impactos causados na vida dos/as aposentados/as. Destaca-se então, a ausência do Estado em garantir o mínimo para a promoção de um envelhecimento saudável, bem como a carência de protagonismos por parte das instituições de controle social referente as políticas públicas para os idosos, neste caso, os Conselhos Municipais e Estaduais da Pessoa Idosa, os quais mantiveram-se ausentes nas pesquisas.

Espírito Santo et al., 2015, concluiu em sua pesquisa que tanto os limites tidos como pontos negativos, quanto as possibilidades tidas como pontos positivos estão associados a um planejamento prévio da aposentadoria associada à melhor qualidade de vida do idoso.

Assim, verifica-se a importância de favorecer a manutenção da autonomia dos/as aposentados/as e sua independência em uma vida mais saudável com melhor qualidade.

Assim, identifica-se a partir da leitura dos materiais selecionados, a amplitude e importância dos debates acerca dos impactos da aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicos/as. Observou-se que existe uma carência de pesquisas sobre o tema na região Norte, em especial, na área do Serviço Social e que esteja relacionado ao/a servidor/a público/a do Município de Belém.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considera-se que a análise das pesquisas sobre os impactos da aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicos/as mostrou a relevância do objeto de estudo e a amplitude das questões reveladas a serem debatidas no âmbito acadêmico, particularmente na área de Serviço Social e na região Norte, em que foram identificadas poucas pesquisas.

As principais categorias apontadas nas pesquisas: envelhecimento, aposentadoria, trabalho, subjetividade, relações familiares e Reforma da Previdência demonstram os aspectos que problematizam a realidade vivenciada por esses/as trabalhadores. Em meio a uma conjuntura de usupação dos direitos sociais no sistema capitalista, os/as servidores/as públicos/as ainda enfrentam as dificuldades próprias do momento da aposentadoria.

No que diz respeito aos principais impactos da aposentadoria na vida dos/as servidores/as públicos destacaram-se a dificuldade dos/as aposentados/as em romper com a rotina de trabalho; a ausência de preparação para a aposentadoria; a necessidade de se debater os aspectos relacionados ao envelhecimento e as distinções dos sentidos positivos e negativos atrelados à aposentadoria para cada indivíduo. Sobre os elementos considerados negativos estão: o rompimento brusco com a rotina de trabalho e com os vínculos estabelecidos nas relações sociais que acarretam um sentimento de perda e luto; o isolamento por parte da família; a dificuldade de acesso ao lazer ou atividades culturais; a queda no

rendimento financeiro dos/as aposentados/as aparece ainda como uma usurpação de um direito grantido, uma vez que no momento da vida em que mais o/a trabalhador/a precisa de recursos financeiros para sua manutenção em decorrência da velhice, esse valor diminui significativamente.

Nas pesquisas pode-se concluir ainda que o significado do trabalho para os/as servidores/as públicos tem um papel de grande importância na sua vida, é o espaço onde eles/as estabelecem seus vínculos de amizade e solidariedade. Dessa forma, identifica-se que existe ainda uma ausência de políticas públicas e estratégias direcionadas para o/a aposentado/a, o que conseqüentemente agrava os impactos causados por esse momento na vida do/a trabalhador/a.

Conclui-se que existe uma usurpação dos direitos sociais, dentre eles a aposentadoria, agravado pelas contrarreformas da Previdência que seguem uma agenda Neoliberal que priva o/a trabalhador/a cada vez mais do seu direito. Além disso, essa agenda contribui para a fragilização das políticas de Seguridade Social, as quais vem sendo foco de interesse dos grandes mercados e segue com forte tendência à privatização e extinção enquanto política pública.

4 REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. E. P. **A aposentadoria policial civil – Configuração Subjetiva, modo de vida e saúde. Estudos de casos com servidores da polícia civil do Distrito Federal.** Dissertação (Programa de Pós-graduação Stricto Sensu em Psicologia) - Centro Universitário de Brasília (UNICEUB). Brasília, p. 101. 2014.

CABRAL, M. C. R. **A permanência de docentes de Universidade Pública no Trabalho após o Aposentadoria: um estudo no Brasil e em Portugal.** Tese (Doutorado em Educação) - Programa de Pós-Graduação de Pesquisa em Educação, Universidade Federal do Pará (UFPA). Pará, 245p. 2019.

CAPELETI, C. R. **Crerios para aplicação da Teoria da Proibição do Retrocesso Social: uma análise dos Regimes Próprios de Previdência Social.** Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós Graduação em Ciência Jurídica – Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Santa Catarina, p. 259, 2018.

ELIAS, N. **A Solidão dos Moribundos, seguido de, envelhecer e morrer.** Ed. Jorge Zahar, Rio de Janeiro, 2001.

ESPIRITO SANTO, F. H. et al. Limites e possibilidades do idoso frente à aposentadoria. **Revista Kairós Gerontologia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 4, p. 323-335, 2015. Disponível em: < <https://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/24244/17434>>. Acesso em: 16 Nov. 2021.

FONTOURA, D. S. *et al.* O Desafio de Aposentar-se no Mundo Contemporâneo. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 40, n. 1, p.53-79, 2015. Disponível em: http://www.ufrgs.br/edu_realidade. Acesso em: 15 Nov. 2021.

GODINHO, M. R; FERREIRA, A. P. Aposentadoria no Contexto de Reforma Previdenciária: análise descritiva em uma Instituição de Ensino Superior - **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 115, p.1007-1019, 2017. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0103-110420171150>>. Acesso em 20 Nov. 2021.

KHOURY, H. T. T. *et al.* Por que aposentados retornam ao trabalho? O papel dos fatores psicossociais. **Revista Kairós Gerontologia**, São Paulo, v. 13, p. 147-165, 2010. Disponível em: <https://bityli.com/QEB6o>. Acesso em: 15 nov. 2021.

LOCATELLI, P. A. P. C. **A RELAÇÃO DO IDOSO COM O TRABALHO: uma proposta de compreensão à luz da Teoria das Representações Sociais**. Tese (Doutorado em Administração) – Programa de Pós-graduação em Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. 214 p. 2018.

MACHADO, C. N. C.; LUCAS, M. G. APOSENTADORIA: como professores vivenciam este momento? **Revista de Carreiras e Pessoas - RECAPE**, São Paulo, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em:<<https://doi.org/10.20503/recape.v7i2.32753>>. Acesso em: 28 Out. 2021.

MARINHO, H. A. P. **Análise do impacto da alteração normativa na aposentadoria por invalidez no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Economia do Setor Público) - Departamento de Economia, Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

MARX, Karl. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana (Manuscritos Econômicos e Filosóficos 1844). In: Fernandes, Florestan (Org.) **Marx e Engels. História**. São Paulo: Ática, 1989 (Coleção Grandes Cientistas Sociais).

ORELLANA, V. *et al.* Oferta de Trabalho e Salário de Idoso no Brasil. **Economia Aplicada**, Rio Grande do Sul, v. 22, n. 1, p. 37-62, 2018. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.11606/1980-5330/ea153736>>. Acesso em: 19 Nov.2021.

PERES, V. A. P. **PREVIDÊNCIA SOCIAL: contrarreformas e os rebatimentos na atenção à saúde dos(as) trabalhadores(as) no Brasil**. Dissertação (Mestrado em Serviço Social e Política Social) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 194 p. 2020.

POSSA, Luciana Patrícia. **Aposentadoria e identidade: estudo com servidores técnico-administrativos do CEFET-MG**. Dissertação (Mestrado em Administração)-Programa de Pós-Graduação em Administração - Centro Universitário Unihorizontes. Belo Horizonte, 88 p. 2018.

RISTOFF, C.; SOUZA, I. A. A. Dialogando sobre as experiências de vida de professores após a aposentadoria. **Eventos Pedagógicos**, São Paulo, v. 3, nº 2, p.42-51, 2012. Disponível em: <http://sinop.unemat.br/projetos/revista/index.php/eventos/article/view/689>>. Acesso em: 02 Nov. 2021.

SCREMIN, M. *et al.* Impacto na Aposentadoria no Cotidiano do Servidor Público Federal. **Revista Interinstitucional Brasileira de Terapia Ocupacional - REVISBRATO**, Rio Grande do Sul, v. 2, n. 3, p. 524-541, 2018. Disponível em:< <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto15049>>. Acesso em: 04 Nov. 2021.

VENTURINI, Dominga Odete. **Aposentadoria como prêmio ou como castigo: avaliando as peculiaridades dos servidores da UFSM**. Dissertação (Mestrado em Administração) – Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Santa Maria, Rio Grande do Sul, 150 p. 2013.